

## **COMISSÃO DE CULTURA**

### **REQUERIMENTO Nº           , DE 2019**

(Do Sr. MARCELO CALERO)

Solicita que seja convocado o Ministro de Estado do Turismo, Sr. Marcelo Álvaro Antônio, para prestar esclarecimentos acerca das ações da Secretaria Especial de Cultura, tendo em vista as mudanças institucionais decorrentes da edição do Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam adotadas as providências necessárias à convocação do Ministro de Estado do Turismo, Sr. Marcelo Álvaro Antônio, para prestar esclarecimentos acerca das ações da Secretaria Especial de Cultura, tendo em vista as mudanças institucionais decorrentes da edição do Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019 e do Decreto 10.108, de 7 de novembro de 2019.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Desde o início do atual governo, temos assistido a um processo de desinstitucionalização na área da cultura em nosso país, que resultou, logo de início, na extinção do Ministério da Cultura (MinC) e sua substituição por uma Secretaria Especial de Cultura, vinculada ao novo Ministério da Cidadania.

Eis que, no último dia 6 de novembro do corrente ano, fomos surpreendidos com a edição de um novo decreto presidencial (Decreto nº 10.107, de 06 de novembro de 2019), que transfere a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo. Tal mudança institucional foi feita sem maiores discussões com os diferentes segmentos da área cultural (gestores, produtores, artistas e especialistas em políticas

públicas), o que causou surpresa e apreensão com os rumos da política cultural em nosso país.

Na sequência, foi publicado o Decreto 10.108, de 7 de novembro de 2019 que transfere ao Ministério do Turismo as seguintes entidades antes vinculadas ao Ministério da Cidadania: a) Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur; b) Agência Nacional do Cinema - ANCINE; c) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan; d) Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM; e) Fundação Biblioteca Nacional - FBN; f) Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB; g) Fundação Cultural Palmares - FCP; e h) Fundação Nacional de Artes – FUNARTE. Pergunta-se: como ficam as autarquias e fundações, anteriormente vinculadas ao Ministério da Cidadania, com essa brusca mudança institucional? Qual o futuro de importantes órgãos federais afetos à área da cultura, a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Biblioteca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa e a Fundação Nacional de Arte (Funarte)?

Necessário se faz, portanto, que o Ministro de Estado do Turismo seja convocado por essa Comissão, a fim de prestar informações sobre as ações que pretende desenvolver na área cultural.

Face ao exposto, consideramos de extrema importância e urgência que se faça a convocação ao atual Ministro de Estado do Turismo para prestar os esclarecimentos necessários diante dessa mudança institucional. Esperamos, pois, contar com o apoio dos nobres Pares na aprovação do requerimento.

Sala da Comissão, em            de novembro de 2019.

Deputado **MARCELO CALERO**